

ACTA N.º 10

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL,
REALIZADA EM 23-02-07**

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, na sala de Sessões dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do Senhor **Rui Pedro Dias Gonçalves**, secretariado pelos Senhores **Fernando José Guia Barbosa** e **Rui Vitor Pires Bragança**, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes Membros: ----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Sérgio Manuel Carrondo Amaro, Paulo Jorge Martins Beirante e Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro, Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Isabel de Jesus Pereira Maia. -----

Na qualidade de **Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista**, os senhores: -----

Manuel Pereira Bilreiro e Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins respectivamente. ----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o senhor Presidente da Câmara Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José de Matos Fanha Vieira, Maria João Gil dos Santos Graça, Ezequiel Soares Estrada, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Henrique dos Reis Leal. -----

Fez uso da palavra **Rui Gonçalves**: “Em substituição do doutor João Aires Moreira Mora Leitão, que pediu a suspensão desta Assembleia, assumo o lugar de Presidente e tomei a liberdade, tal e qual como na última sessão, de convidar um membro da bancada do Partido Social Democrata para me vir assistir nas funções de segundo secretário e vou dar agora a palavra ao primeiro secretário em funções, o senhor Fernando Barbosa, para a tomada de posse da Senhora Isabel Maria de Jesus Pereira Maia.” -----

Deu-se posse a **Isabel Maria de Jesus Pereira Maia**, que substituiu o deputado Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária, que pediu suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. -----

Após a leitura da acta de instalação e do respectivo juramento por parte do novo membro, o Presidente da Assembleia considerou-a investida nas funções. -----

ACTA NÚMERO NOVE: -----

Atendendo a que ninguém quis questionar a redacção da respectiva acta, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO NOVE: -----

A acta número nove foi **aprovada por maioria com dezanove votos a favor**, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista e, três abstenções por não se encontrarem presentes na reunião da referida acta, sendo, uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista e uma da Coligação Democrática Unitária. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Tenho aqui duas inscrições, duas moções. Uma da Coligação Democrática Unitária, da qual foi remetida aos senhores por e-mail a documentação que nos foi facultada pela Coligação Democrática Unitária e outra do Bloco de Esquerda.” -----

Foi dada a palavra a **Isabel Maia** que leu a **moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária**: -----

MOCÃO: -----

«O Ministro da Saúde pôs à “discussão pública”, uma proposta de Rede de Serviço de Urgências, uma decisão política tomada disfarçada de estudo técnico encomendado. A grande maioria das estruturas do poder local da área geográfica do Centro Hospitalar do Médio Tejo pronunciaram-se por um Serviço de Urgência Médico-cirúrgico (SUMC) tripartido (Abrantes, Torres Novas e Tomar) – como tem estado definido até agora na adopção do conceito de complementaridade. -----

Do proposto pelo Governo: -----

Elimina-se o conceito de complementaridade das três (3) unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo, aparecendo três (3) unidades hospitalares completamente independentes (Abrantes, Tomar e Torres Novas). -----

- 1) Aos hospitais de Tomar e Torres Novas, os mais recentes e melhor equipados (actualmente), são lhes retirados cuidados que hoje prestam às populações passando à categoria de Serviços de Urgência Básica, ou seja ficando ao nível de alguns centros de saúde; -----*
- 2) O Ministro ignorou as propostas feitas e mantém uma solução que é inaceitável, porque desqualifica os cuidados a prestar nos serviços de urgência dos hospitais de Tomar e Torres Novas (2 médicos, 2 enfermeiros e 1 auxiliar de acção médica); -----*
- 3) Se a proposta vingar 66% da população dos 15 concelhos abrangidos pelo CHMT terão os cuidados urgentes mais longe engrossando as já longas filas de espera no Hospital de Abrantes. -----*

Assim, propomos que a Assembleia Municipal se mobilize envolvendo a população numa acção de protesto a coordenar com os outros Municípios, Comunidade Urbana e Comissão de Utentes com a finalidade de defendermos a qualidade da prestação dos cuidados de saúde. Propõe-se ainda enviar esta moção, para conhecimento, ao Ministro da Saúde, Comissão Parlamentar de Saúde e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.» -----

Durante a leitura da moção, compareceu o deputado Luís Filipe Dias Grácio, do Bloco de Esquerda. -----

Foi passada a palavra a **António Ferreira**: “Sinteticamente, as questões mais preocupantes estão nesta moção. No entanto, há questões que não aprofundámos na moção, mas que também são preocupantes. Uma delas tem a ver com os percursos, se se instalar o Serviço

de Urgências médico-cirúrgicas como único serviço na nossa zona, em Abrantes, serão muito complicados os percursos. Imaginem, por exemplo, um doente com um problema de falência de um órgão – sai daqui directo ao hospital de Abrantes, chega lá é visto e vai para Lisboa. A viagem que seria daqui a Torres Novas e depois para Lisboa, demoraria uma hora, uma hora e picos, com a ida a Abrantes e de lá para Lisboa, vai aumentar o tempo de viagem em cerca de cinquenta minutos, uma hora. Isto para não falarmos depois dos problemas que têm a ver com a carga que vai incidir sobre o hospital de Abrantes. -----

Nós sabemos que os três hospitais, neste momento, têm cerca de quinhentas consultas por dia. A capacidade do hospital de Abrantes, neste momento, é cerca de duzentas, trezentas consultas por dia. E nós sabemos também dos problemas que existem com as filas de espera em Abrantes! Agora juntarmos todas as consultas de urgência em Abrantes, vai fazer sobrecarregar o hospital de Abrantes. É evidente que podem dizer que há soluções técnicas! Que é o alargamento do hospital. Eu não digo que não, mas não conheço e no estudo também não consta nada. -----

Abro aqui um parêntese também para a questão dos estudos, aos documentos que eu enviei para a Assembleia. Estes documentos que eu enviei para a Assembleia, embora sejam do primeiro documento, teve a consulta pública e como não houve alterações entretanto para estes três hospitais, eu decidi que era melhor enviar esses documentos porque, o documento de apresentação do estudo tem os mapas, tem uma série de informação muito mais explícita e é muito mais fácil de absorver, muito mais fácil de se ver. -----

Eu li a moção do Bloco de Esquerda e penso que é possível fazer a junção das duas moções – a da Coligação Democrática Unitária e a do Bloco de Esquerda, desde que o Bloco de Esquerda aceite algumas alterações. E desde já solicito uma explicação: Porque é que só fazem referência ao hospital Rainha Santa Isabel em Torres Novas e não fazem referência ao hospital de Tomar? -----

É evidente que a questão aqui dos problemas nos Centros de Saúde têm reflexos sobre todo o sistema de saúde. E do estudo do Governo não consta nada em relação à rede de transportes que é necessário implementar para este sistema de urgências. -----

Portanto, só pedia essa explicação ao Bloco de Esquerda no sentido de ver se é possível mudarmos a questão relacionada com o não constar do hospital de Tomar e, por outro lado, ajeitar o texto para questões específicas como a questão do Centro de Saúde do Entroncamento.” -----

A bancada do **Bloco de Esquerda apresentou** à Mesa da Assembleia Municipal a seguinte moção: -----

MOCÃO: -----

«O governo apresentou uma proposta de reestruturação das urgências hospitalares do Médio Tejo que não tem em conta as apreciações críticas já emitidas pelas autarquias, justificando todas as preocupações e fundados protestos. -----

Mais precisamente, o governo insiste na desqualificação e redução da capacidade de resposta da urgência hospitalar que nos está mais próxima, em Torres Novas. -----

A ir por diante, tratar-se-á de um retrocesso na prestação dos cuidados de saúde hospitalar, a agravar a já insuficiente resposta do Serviço Nacional de Saúde à população do concelho do Entroncamento. -----

Em consequência, a Assembleia Municipal do Entroncamento reclama -----

- A urgente dotação do Centro de Saúde do Entroncamento com o número de médicos suficiente para que todos os municípios tenham médico de família; -----

- O reforço do sistema de emergência pré-hospitalar. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento reafirma a sua não aceitação da redução dos cuidados de urgência hospitalares disponíveis no Hospital Rainha Santa Isabel, em Torres Novas. -----

Finalmente, propõe à Comunidade Urbana do Médio Tejo a realização de um encontro de todos os autarcas da sub-região para debater este assunto e procurar respostas para a defesa dos serviços de saúde prestados às populações.» -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Nós aceitamos a sugestão de acrescentar Tomar. A razão porque está aí Torres Novas exclusivamente, está na frase anterior, é precisamente porque é a que nos está mais próxima e é aquela a que, normalmente, as pessoas aqui do Entroncamento recorrem. Portanto, não vão recorrer a Tomar. Mas também não vejo nenhum inconveniente em acrescentar Tomar. Até porque há uma ideia subjacente à moção que nós apresentámos que é a seguinte: -----

É obvio que nesta Assembleia existem visões diferentes sobre política de saúde e sobre muitos outros aspectos. E portanto, numa moção que foi escrita com a intenção de ser aprovada, se possível por unanimidade, normalmente há o cuidado de reduzi-la àquilo que é suposto, na cabeça de quem as escreve, ser o denominador comum de todas as bancadas. -----

Houve a preocupação, ao fazer a moção, assentar na visão mínima e desde que assente nas questões essenciais. Um desses pontos essenciais é precisamente aquele que o António Ferreira referiu – falar em Torres Novas, e não ir além disso noutra tipo de considerações, ou considerandos que, eventualmente, até possam levantar objecções de outras bancadas e que, numa matéria destas – que obviamente há vantagens em sair uma posição única e se possível unânime – poderia levantar alguns problemas. -----

Sobre a moção, nós aprovámos aqui no dia vinte e oito de Outubro uma moção bastante completa. Esta é uma versão actualizada e concisa, dado que, ao primeiro estudo que apareceu sobre a rede de urgências, houve críticas várias, entre as quais nossas (desta Assembleia Municipal), de outras autarquias e de outras instâncias, Comissões de Utentes, etc. e dessas críticas, dois meses depois, o estudo que saiu é basicamente o mesmo. Portanto, não houve alterações. Digamos que não houve receptividade da parte do governo em alterar a sua proposta, concretamente no que diz respeito aqui ao Médio Tejo. -----

Aquilo que existe, naquilo que nos diz mais directamente respeito e é só por isso que essa questão é aqui focada, insiste-se numa desqualificação da urgência hospitalar de Torres Novas e também de Tomar e é omissa em medidas concretas para o desenvolvimento da rede dos cuidados de saúde. Quer ao nível dos cuidados de saúde primários, quer inclusivamente ao nível da constituição da urgência médico-cirúrgica. -----

Por outro lado, também procurámos ter em conta que a localização dos serviços de urgência e a distribuição dos serviços de urgência, entre os três hospitais, porque é disso que estamos a falar, deveria ser negociada, tendo em conta a distribuição de outras valências. -----

Isto é, na moção que nós aqui apresentámos, deixamos alguma margem, subentendida, não explícita mas implícita, para que essa localização dos serviços de urgência pudesse ser negociada e articulada com a distribuição de outras valências. Portanto, não bloquear, não fechar portas a esse nível. -----

Tendo em conta que um dos problemas de saúde que se articula com este é a falta de médicos no Centro de Saúde do Entroncamento (porque isto anda tudo ligado), achou-se que seria pertinente, até no momento em que é confirmado que no Entroncamento neste momento existem quatro mil e noventa e um utentes recenseados, registados, que não têm médico de família, que corresponde a vinte por cento do universo dos munícipes do nosso concelho e segundo as últimas projecções estatísticas do Instituto Nacional de Estatística relativo a dois mil e cinco, o nosso concelho já ultrapassou os vinte mil habitantes, quer dizer que, mais de quatro mil utentes sem médico de família, corresponde a vinte por cento do universo do nosso concelho. Ou seja, um em cada cinco entroncamentenses, neste momento, não tem médico de família. E portanto, se não tem médico de família, se não pode encontrar resposta adequada no Centro de Saúde, obviamente que vai para as urgências de Torres Novas e portanto, cá está a

ligação entre os dois aspectos. E por outro lado, a reformulação de uma rede de urgências pressupõe o reforço do sistema de emergência pré-hospitalar. -----

Portanto, o que basicamente se propõe que a Assembleia Municipal diga, é que não aceita a redução dos cuidados de urgência hospitalares disponíveis em Torres Novas (aceitamos que se acrescente em Tomar) – Torres Novas e Tomar e que propõe-se, numa acção de força, de alguma forma, à Comunidade Urbana, que realize um encontro de todos os autarcas para debater este assunto. No fundo, é uma assembleia para marcar uma acção de força. -----

É isso que nós propomos. -----

Relativamente à proposta da Coligação Democrática Unitária, aceito que elas sejam fundidas. É difícil, devo dizer, porque tem alguns considerandos onde eu não me revejo totalmente. Aliás, a moção que nós aprovámos em vinte e oito de Outubro difere de alguma forma nos considerandos dos que nos são aqui presentes outra vez, mas também não é por isso que nós deixamos de a votar favoravelmente. Embora seja difícil de facto de fazer a sua fusão. –

De qualquer das formas, eu não percebo muito bem e peço à Coligação Democrática Unitária que esclareça melhor o que é que, concretamente é proposto? É que a Assembleia Municipal do Entroncamento seja o promotor de acções e que procure o envolvimento de outras Assembleias Municipais? Que se proponha a outras Assembleias Municipais ou a outras instancias? Eu faço esta pergunta sem qualquer segunda intenção, porque eu soube que ontem houve Assembleia Municipal em Torres Novas, que é um concelho, digamos também directamente visado por esta situação, e a Coligação Democrática Unitária não propôs isto à Assembleia Municipal de Torres Novas! -----

Portanto, eu queria saber como é que a nossa Assembleia Municipal de Entroncamento, articula isto com a Assembleia Municipal de Torres Novas onde a Coligação Democrática Unitária não propôs isto! -----

Eu gostava que o António Ferreira me explicasse qual é o papel concretamente que propõe que a Assembleia Municipal do Entroncamento tenha neste processo. Catalizador? Promotor? Que se articule com os outros, se eles quiserem? -----

Como já disse, eu estou disponível para votar esta proposta, mas gostava de perceber melhor qual é o conteúdo exacto que a Coligação Democrática Unitária aqui apresenta.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Eu penso que a proposta é clara. É envolver a população do Entroncamento numa acção de protesto, que será vista em termos de Assembleia Municipal e será vista com os outros concelhos, com a Comunidade Urbana e com a Comissão de Utentes. Que eu penso tem uma palavra decisiva nesta questão, porque é difícil juntar vários concelhos. Eu tenho a noção de que é difícil juntar vários concelhos, mas tenho conhecimento de que a Comissão de Utentes vai reunir no dia um do próximo mês, em Torres Novas, e vai decidir algumas formas de protesto pela forma como o governo tratou este assunto, que nem sequer teve em atenção as propostas das Assembleia Municipais, da Comunidade Urbana onde o assunto foi discutido e onde estive o doutor Branco, na altura, da forma como as nossas próprias propostas, que eram documentos mais detalhados e que apresentámos na altura! Portanto, essas questões não foram tidas em conta e é nesse sentido que está aqui o envolvimento da Assembleia Municipal do Entroncamento. Não é numa forma concreta, é numa forma como as coisas vão evoluir. Podemos esperar pela reunião da Comunidade Urbana (e penso que isto é fundamental que se faça). Existe uma Comissão para a Saúde e eu sei que ela também vai reunir e também vai ter decisões e, é neste sentido, é a Assembleia Municipal estar atenta e envolver-se nas decisões que forem tomadas, ou na Comunidade Urbana, ou na Comissão de Utentes, ou até noutras iniciativas que venham a surgir noutros concelhos. -----

Mas eu penso que, essencialmente, a partir da Comunidade Urbana e a partir da Comissão de Utentes. É o sentido que nós damos a isto aqui, porque é evidente que há concelhos que estão mais envolvidos nestas questões do que nós. Tomar, Torres Novas, estão muito mais envolvidos do que nós nestas questões. -----

E não podemos esquecer de uma questão importante que não foi referida até agora, os dois hospitais são desqualificados para níveis de Centro de Saúde. Aliás, nos documentos que são aí apresentados e nos documentos mais recentes, estão previstos serviços de urgência básicos para vinte e seis Centros de Saúde. E portanto, o hospital de Tomar e de Torres Novas vão estar ao nível desses Centros de Saúde. Ou seja, vão ser desqualificados para esse nível. E não só, vou dar-vos um exemplo: a questão do acompanhamento de problemas cardiovasculares que neste momento está centrado em Torres Novas e que tem um bom serviço, por inerência, se os serviços de urgência forem concentrados em Abrantes, esse serviço vai também para Abrantes. Bem como outros serviços que são essenciais como os serviços de urgência médico-cirúrgicos. -----

Também queria levantar aqui uma outra questão, o que estava estabelecido no projecto inicial de funcionamento destes três hospitais, era uma complementaridade entre os três hospitais, também ao nível das urgência e o que se abandona neste momento é essa filosofia inicial que estava prevista. -----

Penso que devemos estar atentos à Comunidade Urbana e a Comissão de Utentes, bem como as duas Comissões que existem a nível dos hospitais e envolver depois a Assembleia Municipal e, assim que soubermos de alguma coisa, marcarmos uma reunião Permanente para discutirmos o assunto. Penso que não há hipótese de marcar uma Assembleia extraordinária só para tratar desse assunto.” -----

Pedi a palavra a **Pato das Neves**: “Antes de passar a palavra ao meu camarada Ferreira Marques, queria dizer uma coisa: Nós não nos devemos esquecer de qual foi o trajecto da saúde depois do vinte e cinco de Abril. Depois do vinte e cinco de Abril, com as políticas implementadas pelo professor Albino Aroso (Secretário de Estado da Saúde) e, eu também estive envolvido nisso, na contestação da política da Ministra Leonor Beza, quando ela resolveu encerrar as maternidades, foi um passo importantíssimo e no entanto, foi uma contestação, uma coisa diabólica! -----

Eu penso que nós devemos encontrar sempre um ponto de equilíbrio. Porque nós devemos saber que estamos hoje no décimo segundo lugar do *ranking* da Organização Mundial de Saúde (mais nenhum serviço público em Portugal está a esse nível, a justiça, a educação, estão muito longe). Mas nós também temos que ver que o Serviço Nacional de Saúde custa por dia a todos os portugueses, a todos nós que estamos aqui, vinte milhões de euros! E portanto é preciso gerir convenientemente esses dinheiros e os meios que são postos à disposição. -----

Eu continuo a dizer que não há nenhum país no mundo que tenha três hospitais num raio de quinze quilómetros! Não há nenhum país no mundo. -----

Penso que nós deveremos apostar também em equipar os Bombeiros com equipamento necessário. Porque é inacreditável que o Entroncamento não tenha uma valência INEM! Porque é que não há-de ter? Isso é que me parece importantíssimo.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “O que nos preocupa acima de tudo, é salvaguardar os interesses das populações que representamos, neste caso, no domínio da saúde. -

Solidarizar-nos-emos com todas as medidas que salvaguardem estes interesses, que são os interesses de todos nós. Contudo, sabemos também, todos sabemos, que o problema é haver três hospitais. Porque se houvesse só um, o problema estava resolvido. Isto era uma comunidade do género de Lisboa, com um grande hospital central e o assunto estava completamente resolvido. Não queríamos todos ter um Hospital à porta, nem uma Universidade, nem um Centro de Saúde, o que é, em termos práticos, meramente impossível. -----

Já assisti a discussões desta natureza noutros fóruns, noutros órgãos, nomeadamente na Comunidade Urbana do Médio Tejo, onde isto foi escalpelizado, estudado, onde se propuseram soluções, contra soluções e apercebo-me que há uma grande dificuldade em consensualizar soluções. Estas são as ilações que eu tirei. Há pontos de vista diferentes, presumo que todos eles com boas intenções. Depois há a perspectiva de cada um ter o Hospital que está mais perto de si

com mais valências, mas o processo é complexo, porque embora os fins sejam nobres, e naturalmente que o são, temos alguma dificuldade (pelo menos eu tenho) de perceber exactamente qual é o caminho que leva a que todos pensemos em soluções semelhantes, em situações similares. -----

Considerando que estas propostas que são aqui formuladas vão ao encontro dos interesses mais nobres da população e tendo em conta essa população que nós representamos, votaremos a favor com os restantes membros das outras bancadas, se entenderem que dá força uma maior votação, uma unanimidade e propomos fazer isso. -----

As formas como podemos influenciar o poder político, não sei se passará por protestos, se devo comprar uma bandeira ou não, para a manifestação, enfim, ainda não consegui identificar bem quais são os protestos. Não sei se é jornada de luta, se é um protesto e também gostava de ver isso esclarecido. Mas nós vamos votar a favor.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a estes dois documentos, e já estamos a trabalhar com base nos dois, é evidente que todos nós temos a noção de que nem todos os concelhos comungam da mesma perspectiva e há algumas divergências significativas, nomeadamente se pensarmos nas pessoas do concelho de Abrantes que em nada se revêem, como nós devemos calcular, numa proposta deste género. -----

De facto, são os concelhos que estão a sentir a perda de serviços, ou a perda de proximidade dos serviços que estão a ter mais dinâmicas com a qual nós hoje estamos também a procurar fazer algo pela nossa população. -----

De qualquer modo, o Partido Social Democrata obviamente apoia o trabalho a fazer na tentativa de não perdermos alguns dos bens, ou dos serviços na área da saúde a que temos tido acesso, nomeadamente pela proximidade a Torres Novas. Também a Tomar, mas mais a Torres Novas, como nós sabemos. -----

Face a estes dois documentos, há aqui um pormenor que me deixa algumas questões no ar, que é assim: «...*uma acção de protesto a coordenar com...*» Se o objectivo for só fazer protesto, é capaz de ser um bocado complicado, porque é mais difícil quando nós fazemos sair para a rua um documento em que se propõe dinamizar uma acção de protesto, é capaz de ser um bocado mais complicado envolver outros concelhos. Faz sentido procurarmos de facto encontrar propostas e, eventualmente, chegarmos a uma solução de protesto se não encontrarmos algum tipo de resultado, algum *feedback*, mas, partir da ideia do protesto, não me parece que seja a melhor solução. -----

Portanto, eu sugeria que pudesse ser reformulado este bocadinho do texto, uma vez que se põe a hipótese de coordenar as duas moções, penso que não será difícil faze-lo, até porque a ideia de envolver autarquias, a Comunidade Urbana, a Comissão de Utentes, acaba por permitir depois passar a fases seguintes. Porque de facto a nossa intenção não é irmos daqui para a rua já amanhã! É fazer algum trabalho que consolide aquilo que temos vindo a fazer nos vários órgãos em que estamos envolvidos, com as várias entidades com que temos procurado trabalhar, e dar passos que possam ter algum significado, para além do protesto e apenas o protesto. -----

Portanto, eu solicitava à Coligação Democrática Unitária que tivesse isso em atenção, embora, em termos gerais, os dois documentos nos possam merecer a aprovação.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Desde já nos disponibilizamos para a alteração que foi proposta pela bancada do Partido Social Democrata. -----

Só queria fazer aqui dois ou três esclarecimentos muito rápidos, que são o seguinte: ---

«Os três hospitais num raio de quinze quilómetros», é capaz de ser um bocadinho mais, mas, de qualquer forma, eles foram concebidos para funcionarem desta forma! Aliás, houve forças políticas que na altura que achavam que não se deviam fazer os três hospitais! Que só se devia fazer um hospital que fosse suficiente para a nossa população e, inclusivamente, para as necessidades futuras. Optou-se, por razões que se calhar não têm a ver com o nosso

concelho, que têm a ver com outros concelhos, cada um ter a sua capelinha perto de casa. Agora, que eles foram concebidos dessa forma, foram! E penso que, por enquanto, não há outra alternativa para as coisas funcionarem como deve ser. -----

Isto tem também a ver com outra questão que foi aqui levantada, a população do concelho de Abrantes é capaz de estar também contra aquilo que se está a passar em Abrantes! Não é pela quantidade de serviços que vão ser lá instalados, é por mais sessenta e seis por cento de consultas que se vão realizar lá! Ou seja, neste momento eles já têm alguma dificuldade em aceder às urgências e, com mais sessenta e seis por cento de urgências a caírem lá, isso vai dificultar-lhe um bocado a vida. E, por esse lado, eles não só são capazes de estar ao nosso lado, como já estão, pois há abaixo-assinados nesse sentido e alguns dos médicos estão a assinar esses abaixo-assinados no sentido das urgências médico-cirúrgicas não serem todas elas concentradas em Abrantes. Porque o hospital neste momento, não tem poder de resposta para isto. -----

Portanto, a população de Abrantes, pelo lado da procura deste tipo de serviços, está também com esta luta. -----

Em relação à questão dos Bombeiros, devo dizer que esta questão é importante, porque do estudo que nos é apresentado, tanto da primeira fase como do segundo estudo que foi aprovado recentemente, fala genericamente da necessidade de reforço do número de ambulâncias, do tipo de ambulâncias, mas não tem numeração, não diz que para o hospital tal são necessários tantas ambulâncias, não diz que para a região tal são necessárias tantas ambulâncias! Portanto, não concretiza as coisas. E não diz também qual é a coordenação do sistema de ambulâncias do sector público como, por exemplo, os Bombeiros! Isto não faz parte do estudo. -----

Para colmatar, dá-me a impressão que a questão de Abrantes foi colocada desta forma: agarraram numa régua, viram mais ou menos qual era dos três hospitais aquele que ficava a uma distância intermédia entre o hospital de Portalegre e o hospital de Santarém ou de Leiria e colocaram o hospital de Abrantes.” -----

Pedi a palavra **Rosa Pedro**: “Esta questão é uma questão que sempre foi polémica e que continuará a ser. Não sou especialista em saúde nem tenho pretensões em ser e neste caso falo como membros da Assembleia, como cidadão e como utente. -----

Eu compreendo e penso que isto é compreensível para qualquer pessoa. É do elementar bom senso que neste momento, perante as dificuldades de recursos humanos do Ministério da Saúde, falta de médicos e outro pessoal especializado, é cómodo mas não é realista termos a pretensão de cada um ter o seu hospital ao pé de casa. Todos compreendemos que sobre estas questões, algo terá de ser feito ao nível do país. Se calhar poderemos começar a contestar é como as coisas estão a ser feitas! Faz-se, ninguém explica porquê, vem mal explicado e depois os resultados estão um pouco à vista. -----

Neste caso concreto, colocam-se-me algumas dúvidas no caso do hospital de Abrantes, tendo em conta que ele se situa já na zona do Ribatejo Norte e se tivermos em conta os concelhos que estão à volta, por exemplo o caso concelho de Mação, pela dimensão que tem, concelhos essencialmente rurais e pela sua proximidade à área de Castelo Branco, Sardoal e todos aqueles concelhos que estão ali à volta, eventualmente também alguns deles enviarão doentes para o hospital de Abrantes e, neste momento, o porquê da opção de Abrantes e porque não Tomar ou Torres Novas? Penso que isto é de questionar. Sem pretensões de termos aqui o hospital, uma visão egoísta de olharmos apenas para a população do Entroncamento. -----

Uma dúvida que se me levanta e que é legítima (e se alguém puder esclarecer eu agradeço e retiro aquilo que disse), é se eventualmente esta decisão foi tomada em critérios puramente técnicos ou se mais uma vez foi para Abrantes porque se calhar Abrantes tem mais peso em Lisboa, do que tem Torres Novas ou tem Tomar! -----

Não sei se estou em erro, mas penso que dentro do hospital de Abrantes funciona o Centro de Saúde. E eu levanto aqui mais uma dúvida: Não terá havido aqui manipulação de números? Para justificar a opção por Abrantes? Abrantes, dentro deste complexo, é o hospital mais antigo, se não estou em erro. -----

Julgo que não vale a pena adiantar mais a discussão. Penso que é uma das questões que se deve levantar é o porquê da opção por Abrantes? Independentemente deste problema ter de ser resolvido, pois obviamente os recursos são escassos, os meios não são infundáveis, mas penso que estas questões deviam ser devidamente esclarecidas.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu não estou em condições nem tenho os dados suficientes para vir aqui defender se é Abrantes, se é Tomar, se é Torres Novas, pois francamente não sei. O que sei é que é legítimo que as populações das três áreas queiram o melhor para si. Penso que a melhor forma, do ponto de vista político, desta questão ser resolvida, seria negociá-las em bloco. Isto é, negociar também com as valências e localização de outros serviços. Mas é a minha opinião. -----

Eu tenho uma formulação possível para o parágrafo. Eu não sei se haveria receptividade em fazer uma pausa de cinco minutos e, pedindo a ajuda do Partido Social Democrata e dos outros partidos, chegarmos aqui a um consenso de texto. Fazíamos essa pausa e seguíamos em diante, se estiverem de acordo.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Eu acho que não vale a pena a pausa, porque nós já temos aqui a proposta: *«assim propomos que a Assembleia Municipal procure respostas coordenadas com outros municípios, Comunidade Urbana e Comissão de Utentes, com a finalidade de defendermos a qualidade da prestação de cuidados de saúde»* Portanto, desaparece a questão da luta e fica aquela questão de procurarmos respostas junto com as outras entidades.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu penso que fazia sentido essa pausa, porque há algumas decisões, nomeadamente a questão do reforço do sistema de emergência pré-hospitalar, a dotação do Centro de Saúde do Entroncamento, dos médicos, conforme é proposto pelo Bloco de Esquerda. Portanto, há aqui alguns pontos que deveriam, na medida do possível, serem encaixados e até tornávamos este documento um documento mais forte. -----

Portanto, eu sugeria que fizéssemos mesmo os cinco. Também não são os cinco ou dez minutos que nos vão impedir de continuar naturalmente os trabalhos e será mais fácil com três ou quatro pessoas, do que estar um de um lado e outro do outro a fazerem propostas, porque senão nunca mais daqui saímos.” -----

Os trabalhos foram suspensos por cinco minutos para se chegar a um entendimento. ---

Após o intervalo, retomou-se a sessão. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Uma vez que já há consenso entre as partes, vamos passar à leitura da proposta definitiva, que depois será entregue na Mesa para ser aduzida à acta.” -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Chegou-se aqui a um acordo entre os quatro partido representados. Eu vou ler o texto, vou depois compô-lo e penso que ainda há condições, durante a Assembleia para ele ser distribuído. A moção contempla sugestões de todas as bancadas.” -----

MOCÃO: -----

«O governo apresentou uma proposta de reestruturação das urgências hospitalares do Médio Tejo que não tem em conta as apreciações críticas já emitidas pelas autarquias, justificando todas as preocupações e fundados protestos. -----

Mais precisamente, o governo insiste na desqualificação e redução da capacidade de resposta quer da urgência hospitalar que nos está mais próxima, em Torres Novas, quer da de Tomar, remetendo-as para o nível de um Centro de Saúde. -----

A ir por diante, tratar-se-á de um retrocesso na prestação dos cuidados de saúde hospitalar, a agravar a já insuficiente resposta do Serviço Nacional de Saúde à população do concelho do Entroncamento. -----

Em consequência, a Assembleia Municipal do Entroncamento reclama: -----

- A urgente dotação do Centro de Saúde do Entroncamento com o número de médicos suficiente para que todos os municípios tenham médico de família; -----

- O reforço do sistema de emergência pré-hospitalar; -----

- A garantia de transportes inter-hospitalares na área do Centro Hospitalar do Médio Tejo, garantindo a porta única. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento reafirma a sua não aceitação da redução dos cuidados de urgência hospitalares disponíveis no Hospital Rainha Santa Isabel, em Torres Novas, e no Hospital N.ª S.ª da Graça, em Tomar. -----

Propõe que a Mesa da Assembleia e a Comissão Permanente acompanhem a situação e, caso sejam desencadeadas acções de protesto envolvendo as populações, avaliem o modo e a oportunidade de, em nome da Assembleia Municipal, mobilizar a população do concelho para a sua participação; -----

Propõe à Comunidade Urbana do Médio Tejo a realização de um encontro de todos os autarcas da sub-região para debater este assunto e procurar respostas para a defesa dos serviços de saúde prestados às populações; -----

Propõe-se ainda enviar esta Moção, para conhecimento, ao Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Comunicação Social.» -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO: -----

A moção elaborada por todas as bancadas com assento nesta Assembleia Municipal, foi **aprovada por unanimidade**, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Temos aqui uns pequenos pedidos de esclarecimento. O grupo do Partido Socialista pede ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desenvolva as seguintes acções: -----

Pedido de esclarecimento: - A bancada do Partido Socialista solicita a Vossa Excelência as seguintes acções: -----

1 – Entrega, a partir de hoje e no prazo de dez dias, após a sua realização, das cópias áudio das sessões da Assembleia Municipal. -----

2 - Entrega a partir de hoje e no prazo de dez dias após a sua realização, das cópias áudio das sessões do Executivo. -----

3 - Entrega das cópias áudio das sessões da AM de Junho, Setembro e Outubro de dois mil e seis, da Assembleia Municipal. -----

Pedido de esclarecimento: Do programa do Partido Social Democrata do Entroncamento constava o desenvolvimento de medidas tendentes ao regresso ao Entroncamento do Ensino Superior. -----

A bancada do Partido Socialista pretendia saber quais as medidas já desenvolvidas pelo Executivo, tanto mais que através da imprensa tivemos conhecimento da criação de um eventual pólo de ensino superior na Golegã. -----

Pedido de esclarecimento: Do programa do Partido Social Democrata do Entroncamento, constava a certificação do sistema de qualidade dos serviços e o que verificamos é que a maioria dos municípios ribatejanos já têm os seus serviços certificados ou estão em via de certificação. Do Entroncamento nada sabemos, pelo que solicitamos nos seja feito o ponto da situação, dado que da informação do Senhor Presidente nada consta. -----

Pedido de esclarecimento: A bancada do Partido Socialista estranha na informação do Senhor Presidente da Câmara, não seja feita referência à sua terceira viagem a Cabo Verde em menos de um ano. Houve resultados? Se sim, quais? -----

Pedido de esclarecimento: A bancada do Partido Socialista tem vindo a acompanhar os gastos em comunicações móveis da Câmara Municipal do Entroncamento. -----

Assim verificamos: -----

1. A Câmara Municipal tem ao seu serviço cinquenta e oito telemóveis, contra cinquenta e quatro em dois mil e cinco. -----

2. O gasto em comunicações móveis foi em dois mil e seis de trinta e cinco mil quinhentos e noventa e nove euros, contra trinta e quatro mil cento e dez em dois mil e cinco e trinta e cinco mil e oitenta e cinco em dois mil e quatro. -----

3. A Câmara Municipal do Entroncamento trabalha com dois operadores móveis. -----

Assim sendo solicitamos ser informados por escrito: -----

. O que justifica tão grande número de telemóveis a cargo da Câmara Municipal? -----

. O que justifica o gasto médio mensal de cinquenta e um euros por telemóvel em dois mil e seis? -----

. O que justifica a existência de dois operadores móveis? -----

Solicitamos ainda que nos seja fornecida a listagem da distribuição dos cinquenta e oito telemóveis pagos pela Câmara Municipal. -----

Continuou **Ferreira Marques:** “Gostaria ainda de tecer aqui algumas considerações e pedir alguns esclarecimentos que, se puderem ser feitos, agradecemos e que são os seguintes: ---

Podemos hoje, com uma grande margem de segurança, tirar um conjunto de elações decorrentes da avaliação de algumas actividades efectuadas pela Câmara Municipal. -----

Começaremos por constatar que, decorridos largos meses desde a altura em que trouxemos a esta Assembleia o problema das árvores e ramagens secas no jardim Serrão Lopes, na Zona Verde, que poderiam pôr em causa a segurança de pessoas e bens, já foram efectuadas as podas, com a sorte de não ter ocorrido nenhum acidente, eis que foram tomadas as devidas providências. Tarde, mas foram. -----

Pelo facto, estamos satisfeitos e felicitamo-vos. -----

Quanto à quase secular intenção de se instalar um monumento evocativo do trabalhador ferroviário no largo em frente à Estação da CP, gostaríamos de ser esclarecidos nesta Assembleia em que ponto se encontra esta tão prometida realização? Não é uma obra adiada para véspera das eleições autarcas! Esperemos que não. -----

Quando passamos em frente ao parque, tão pomposamente baptizado Parque Multiusos, dá-nos um aperto no coração, pois o pavimento está a ficar atapetado de erva. Será que, multiusos, contempla também um campo de golfe? Multiusos e usos. -----

Senhor Presidente, se não é pedir demais, gostaria que informasse esta Assembleia quando é que começamos a ver o retorno do investimento dos nossos impostos? Que é como quem pergunta, quando é que veremos os usos múltiplos daquele espaço que, em boa verdade, poderia ser um bom espaço se estivesse sobre a tutela de quem o soubesse rentabilizar. -----

Fazendo uma avaliação, embora empírica do andamento das obras do edifício do novo jardim-escola em construção na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, constatamos que, enfim, a este ritmo, poderemos ter um investimento realizado dentro dos custos orçamentados e por ventura dentro dos prazos ajustados. Isto é, sem as costumeiras derrapagens, obras a mais, tempos dilatados e que nunca são culpa de ninguém. Se não nos enganarmos, dar-vos-emos um grande abraço. -----

O mesmo já não se poderá dizer da obra pespegada à esquerda do edifício da Câmara, que dizem servirá para albergar os serviços técnicos, qual obra eternamente inacabada. -----

Como não conhecemos a derrapagem em termos de custos e prazos, propomos a toda a população um pequeno exercício. Para quantos edifícios novos, construídos de raiz, dariam os euros já ali enterrados? Bem-haja, senhor Presidente.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Eu trago aqui uma questão relacionada com a RESITEJO. Há uma parceria, ou seja, há um acordo entre as diversas câmaras nesta área, são disponibilizados pelas câmaras meios financeiros para o funcionamento da RESITEJO e, quanto a nós, as Assembleias Municipais têm direito a alguma informação daquilo que se passa nesta Associação de Municípios. -----

É sabido que vai haver a cessação do contrato entre a RESITEJO e a HLCTEJO, para exploração do aterro, que teve início em mil novecentos e noventa e nove por um período de dez anos. -----

É sabido também que é uma proposta da HLCTEJO que foi aceite no sentido de trato de lixos, para o aterro sanitário do Arrepiado. Já numa primeira fase, foram muitas toneladas. Portanto, só neste ano vão para lá cento e cinquenta mil toneladas, até ao final do ano, provenientes de concelhos envolventes a Lisboa. -----

Há um concurso público internacional para concepção, construção e fornecimento de uma central de valorização orgânica e de obras anexas. Este concurso foi ganho pela SOMAGO, Aquino & Rodrigues, Rós Roca, no valor de vinte milhões e quatrocentos mil euros e prevê-se que esta infra-estrutura seja construída no prazo de dez meses. -----

É também sabido que a RESITEJO deve à HLCTEJO três milhões de euros. -----

Portanto, são questões que têm a ver com o direito de informação por parte dos órgãos autárquicos, não só neste caso concreto da RESITEJO, mas também noutras situações, em Associações de Municípios, em parcerias público/privadas, empresas públicas, Fundações. Há dinheiros que saem das Câmaras para estas entidades e, como recebemos a informação do senhor Presidente relativa aos gastos na Câmara, que venham também da parte destas entidades, para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal, dados concretos do que é que é gasto e como é gasto. -----

É sabido também que, muitas destas parcerias público/privadas onde se praticam métodos de gestão impensáveis nos sectores públicos, servem de forma, muitas vezes, à fuga, aos apertos orçamentais do Governo. Muitas Câmara para fugirem aos apertos orçamentais do governo e ao aperto do Tribunal de Contas, utilizam estas parcerias público/privadas no sentido de fazerem alguns investimentos. Mas, era essencial, repito, que aparecesse também a informação na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. -----

Por outro lado, penso que este investimento no concurso público internacional, para a Central de Valorização Orgânica, deveria vir aos diversos organismos para ser aprovado nos diversos organismos. Envolve montantes muito elevados.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu vou ser sintético e vou referir-me a dois assuntos:

Em primeiro lugar, informar esta Assembleia que o Bloco de Esquerda entregou na Assembleia da República uma proposta que altera profundamente a actual Lei dos solos, fazendo com que as mais valias decorrentes das urbanizações e dos loteamentos revertam a favor das autarquias, mas concretamente, revertam a favor do fundo social municipal das Câmaras Municipais. -----

É uma alteração à Lei dos solos que está em consonância com aquilo que é feito na generalidade dos países europeus, visando retirar-nos o estatuto quase único de uma situação em que as mais valias geradas pelos loteamentos, que são actos político/administrativos nos quais os proprietários não investem rigorosamente nada, tenha uma apropriação privada. -----

Aquilo que se passa na generalidade dos países europeus é que, as mais valias decorrentes desses actos político/administrativos, revertem a favor do cofres públicos, que, logicamente, indemnizarão também as menos valias dos proprietários que tenham terrenos que, por uma ou por outra circunstância são prejudicados. -----

Portanto, é de facto uma alteração de fundo que repõe a justiça na distribuição da riqueza e que resolveria, por outro lado, muitos dos problemas financeiros que as nossas autarquias têm, em especial os executivos municipais para gerir orçamentos que, normalmente, são muito limitados. -----

O segundo aspecto é referir-me ao Referendo Nacional para a Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez que teve resultado, na minha opinião pessoal, muito positivos. Mas o que eu queria aqui ressaltar é a participação relativamente boa do eleitorado do Entroncamento e regozijar-me com isso. Não seria pelo Entroncamento, quase de certo, se não fosse a abstenção de ordem técnica que o referendo não seria válido, portanto, a participação foi da ordem dos cinquenta por cento, ligeiramente a baixo, mas de qualquer das forma foi uma participação relativamente boa. -----

Penso que devemos registar essa vontade de participação dos nossos e das nossas muncípes e, pessoalmente, regozijo-me com o resultado do referendo em que o Entroncamento teve uma participação grande na maioria que votou sim. -----

A nível nacional houve cinquenta e nove por cento sim, no Entroncamento foram setenta e quatro por cento. Para isso, com certeza que contribuíram o eleitorado de todos os partidos aqui representados. Aliás, deu-se a particularidade de, no distrito de Santarém, todos os deputados eleitos, de todos os partidos, apoiarem o sim e penso que isso traduziu-se de facto num resultado que, eu e a minha bancada, a bancada do Bloco de Esquerda, vêm com bastante agrado de setenta e quatro por cento na nossa cidade.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Deixem-me só corrigir. Ao que sei, o senhor deputado Mário Albuquerque, não apoiou o sim. É apenas uma correcção.” -----

Esgotado o período de antes da ordem do dia, entrou-se no período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pedi a palavra o Senhor **David José da Silva Ribeiro**: “Sou autarca, sou secretário da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e o que me trás aqui concretamente tem a ver com uma acção que vai produzir efeitos creio que a curto ou a médio prazo na nossa freguesia e que tem a ver com a ordenação do trânsito na parte norte da nossa freguesia. -----

E há uma preocupação que nós temos, creio que todos têm, porque vai ser uma situação nova e que, naturalmente, todos gostariam de ter o trânsito nos dois sentidos, ou que, pelo menos, o cantinho deles não fosse afectado. Mas há uma questão clara para nós e que nos trás um conjunto de preocupações. Aliás, estas questões já foram colocadas na nossa Junta de Freguesia, mas também foi colocada ao senhor Presidente numa reunião que lhe solicitámos e que ele esteve connosco aqui, mas que eu voltaria a colocá-la agora a todos. -----

Isto tem a ver com a zona do Altinho e estou a levantar esta questão, nomeadamente rua Elias Garcia, rua Nova do Altinho, que vai ficar um bocado atrofiada com a deslocação das pessoas e o trânsito da forma que está. Nós concordamos que seja desta maneira, mas tem que ter uma solução e essa solução foi estudada, o Presidente deu acordo e era assim que estava planeado também, para que as pessoas do Altinho pudessem sair de carro para a parte sul do Entroncamento, teriam que ser feitas algumas obras de melhoramento da rua de trás dos Quartéis, que é uma rua que, de facto, vai permitir o escoamento dessas pessoas, caso contrário, terão que dar uma volta enorme ao Entroncamento. -----

Como temos alguma informação da nossa autarquia de que as obras estão a andar e agora num passo já mais acelerado, aquilo que pedia mais uma vez, é que fosse tomado em consideração os melhoramentos dessa rua, pois caso contrário, criaremos ali um gueto também em que as pessoas terão alguma dificuldade, senão muita dificuldade, em se deslocarem à parte sul do Entroncamento. -----

Outra das questões tem a ver com a rua Elias Garcia. Esta rua necessita, e também já fizemos saber ao senhor Presidente, urgentemente de ter algum tratamento a nível de passeadeiras. Pensamos que três passeadeiras resolverão o problema. Uma situada mais ou menos na zona da marisqueira, outra um pouco mais a norte, na curva e uma mais junta ao café *Pinéu*, porque aquela rua não tem passeadeiras e há ali muita gente com muita idade e também crianças e aquela rua, num só sentido, torna-se apetecível andar um bocado mais depressa e vamos ter, com toda a certeza, problemas com os mais idosos e com as crianças. Para além do mais, é necessário proteger as pessoas e quero aqui recordar o senhor Presidente, os órgãos técnicos e todos nós, que é imprescindível que se faça alguma coisa nessa rua.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** passou ao ponto um da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS”

Foi apresentada a seguinte **Lista A**: -----

- **MARIA JOÃO MOURÃO ROSA PEDRO**; -----

- **CÉLIA DE JESUS NUNES LEAL AGOSTINHO**; -----

- **MARIA JOANA ROMÃO CACHUCHO**; -----

- **LINA MARIA CORREIA GONÇALVES LOPES**. -----

VOTAÇÃO DA LISTA A: -----

A Lista A foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “A presente lista vai ser enviada à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e vai ser esta a representação da Assembleia na dita Comissão.” -----

PONTO NÚMERO DOIS

“NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DO COMÉRCIO”

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia**: “ Pergunto a esta Assembleia se tem algum nome a apresentar para representar esta Assembleia.” -----

Foi dada a palavra **Ferreira Marques**: O Partido Socialista propõe o nome do engenheiro **Carlos Alberto Pato das Neves**. -----

Foi dada a palavra **Isilda Aguincha**: “O partido Social Democrata propõe o nosso colega de bancada **Paulo Jorge Martins Beirante** e propõe ainda que a Assembleia delibere no sentido de ser **nomeado um suplente**, uma vez que, não conseguimos identificar impedimento para que isso aconteça, propondo para esse efeito o nome de **Fernando José Guia Barbosa**. ----

Foi dada a palavra **Luís Grácio**: “Nós propomos o nosso camarada de bancada **Carlos Manuel Godinho Matias**. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Há uma sugestão agora de propormos um suplente. Efectivamente na Lei nada opõe a que haja um suplente e realmente era capaz de nos facilitar a vida em representações.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Sendo a Lei omissa, nós não nos vamos opor a isso. -----

Eu proponho em nome do Partido Socialista o engenheiro Pato das Neves, pelo seguinte: -----

Das informações que tenho, essa Comissão reúne extemporaneamente durante o dia, portanto, é preciso alguma disponibilidade de tempo, estar disponível para poder durante o dia participar nessas reuniões e, por isso mesmo, tendo em consideração que o engenheiro Pato das Neves está dispensado de trabalho contínuo, numa situação de reforma, poderia garantir alguma continuidade no acompanhamento deste processo. É esta a razão, tendo em conta também as qualidades pessoais do candidato.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “A questão é muito simples, por razões mais que evidentes, por razões até de carácter profissional decorrido há pouco tempo, o engenheiro Carlos Matias esteve sempre ligado, devido à empresa onde trabalhou, à área comercial e, portanto, é uma pessoa com larga experiência de contacto com o meio empresarial e também pelas qualidades que tem neste momento, nem vou invocar o estatuto porque não é necessário, parece-nos que teria todas as condições de fazer um bom desempenho.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Por oposição aos argumentos que nos foram apresentados, o Partido Social Democrata não apresenta pessoas com disponibilidade plena, mas apenas com flexibilidade de horário suficiente, pessoas que estão no seu activo profissional, mas que se dispõem a fazer o acompanhamento desta Comissão.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Se mais ninguém pretende apresentar candidatos, vai ser distribuída uma lista com os nomes dos membros desta Assembleia. Os membros em afectividade de funções, ou seja, a lista original. Todas as pessoas que se encontrem em substituição não se encontram em possibilidade de serem eleitas, portanto, consta aqui o nome do doutor João Aires Mora Leitão e o nome do deputado Mário Eugénio, porque essas sim são as pessoas que foram eleitas. Como não pediram o término do seu mandato, são as pessoas que podem representar a Assembleia na dita Comissão. -----

Isto foi apenas uma pequena explicação, pois vão ver aqui esses nomes e poderiam questionar o porquê destes nomes aqui se encontrarem.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu peço desculpa, mas em relação a este ponto, o Partido Social Democrata fez uma proposta no sentido de poder ser votado um nome para um suplente. Eventualmente nesta primeira votação iremos votar o efectivo. Depois, a questão que eu coloco, é, se poderemos votar ou não um nome suplente e em que moldes.” -----

Voltou ao uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Eu coloco isso à consideração desta Assembleia. Como não há impedimento nenhum na Lei, se a Assembleia assim o entender, podíamos votar o suplente numa segunda votação. -----

Como ninguém obsta a tal proposta, vamos votar primeiro o efectivo e em seguida o suplente. -----

Feitas as votação por escrutínio secreto, obtiveram-se os seguintes resultados: -----

VOTAÇÃO PARA O REPRESENTANTE EFECTIVO NA COMISSÃO MUNICIPAL DO COMÉRCIO: -----

PAULO JORGE MARTINS BEIRANTE – DOZE VOTOS (12) -----

CARLOS ALBERTO PATO DAS NEVES – OITO VOTOS (8) -----

CARLOS MANUEL GODINHO MATIAS – TRÊS VOTOS (3) -----

- **Apurado o representante efectivo para a Comissão Municipal do Comércio** o deputado desta Assembleia Municipal, **Paulo Jorge Martins Beirante**. -----

VOTAÇÃO PARA O SUPLENTE NA COMISSÃO MUNICIPAL DO COMÉRCIO: -----

FERNANDO JOSÉ GUIA BARBOSA – DOZE VOTOS (12) -----

CARLOS ALBERTO PATO DAS NEVES – DOIS VOTOS (2) -----

VOTOS BRANCOS – NOVE (9) -----

- **Apurado para suplente, Fernando José Guia Barbosa, na Comissão Municipal do Comércio**. -----

Entrou-se de seguida no terceiro ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA – APROVAÇÃO DAS TAXAS” ---

Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o **Presidente da Assembleia** passou à votação do mesmo. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS: -----

O ponto número três da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Sei que há um entendimento entre os Presidentes de Junta e foi escolhida a Presidente da Junta de São João Baptista para representar, entre eles os dois como é óbvio, mas uma vez que isto é sujeito a votação secreta, vamos ter que proceder a nova votação.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO: -----

Feito o escrutínio secreto, obteve-se a seguinte votação: -----

TERESA MARIA FERREIRA DOS REIS MARTINS – VINTE VOTOS (20) ----

VOTOS BRANCOS – TRÊS (3) -----

- **Foi apurado para representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação, Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins**, Presidente da Freguesia de São João Baptista. -----

Entrou-se de imediato no ponto cinco da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO” -----

O deputado Fernando José Guia Barbosa ausentou-se da Assembleia durante este ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**. “O Partido Social Democrata congratula-se com a constituição do Conselho Municipal de Educação. Formula votos para que o mesmo tenha um trabalho profícuo e, relativamente à proposta em si, vamos votá-la indo ao encontro daquilo que foram as propostas das diversas entidades que participam deste Conselho.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Eu queria tecer apenas uma pequena consideração a este propósito. -----

Li esta semana um documento produzido pela UNICEF relativamente a um estudo feito no âmbito da OCDE. Dos vinte e um países da OCDE, Portugal está em último lugar no que concerne à educação; À iliteracia, aos conhecimentos de matemática, aos conhecimentos da ciência. -----

O que eu quero realçar deste documento, deste estudo, é de facto a importância e o envolvimento que devem ter todos os cidadãos – pais, avós, educadores – no sentido de conseguirmos inverter este flagelo. Porque isto é um flagelo! Dos vinte e um países da OCDE estarmos nestes domínios, quer dizer que não há nem economia, nem sistema financeiro, nem sistema fiscal que nos valha. -----

Esta mensagem também tem a ver com estes cidadãos que se disponibilizam para se debruçarem sobre estas matérias da educação, porque é uma tarefa árdua para quem se quiser empenhar neste tipo de trabalho e portanto, nós também formulamos votos de que tenha um trabalho empenhado, porque os dados que temos em cima da mesa são muito comprometedores.

Bom trabalho para quem ficar nesta Comissão. São os votos do Partido Socialista.” ----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Nós também gostaríamos de fazer votos de bom trabalho para as pessoas que vão assumir estes lugares. -----

E aproveitando o comentário da bancada do Partido Socialista, queríamos acrescentar mais alguma coisa que tem de ser dito. É que como o Partido Socialista e o Partido Social Democrata tem sido à vez os responsáveis pelo sector da educação em Portugal, seria bom que tirassem daí as devidas elações, fizessem chegar as preocupações que tão oportunamente aqui foram levantadas aos seus deputados e aos seus responsáveis e que, de uma vez por todas assumissem as responsabilidades pelo estado calamitoso em que, à vez, foram encaminhando a situação da educação em Portugal.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Nós também desejamos um bom trabalho a esta equipe. -----

A questão que foi levantada pelo Partido Socialista é muito oportuna e penso que o Partido Socialista só tem que reflectir sobre as responsabilidades que teve a este nível. -----

Em termos da responsabilidade de outras forças políticas, os programas políticos foram executados por quem esteve no governo. Acrescentaria só mais o CDS, pois este também teve algumas responsabilidades a esse nível. -----

Acrescento ainda que, em termos da Comunidade Europeia, nós no ensino também estamos na cauda. Ainda temos alguns sectores em que estamos bem, onde estamos nos pontos cimeiros. Ainda há pouco falámos na questão da saúde. Na saúde, nós estamos em décimo quarto, décimo segundo lugar a nível mundial e queremos também fazer à saúde aquilo que fizemos ao ensino! Queremos fazer à saúde aquilo que fizemos aos sectores económicos! -----

Portanto, nunca aproveitamos as coisas boas que temos, mas destruimos tudo aquilo que temos de bom.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Uma vez que mais ninguém quer intervir, cumpre-me dar uma informação: a saída do senhor Primeiro Secretário da Mesa, deve-se a que tem um familiar directo envolvido na lista e portanto, conforme o estatuto de eleito local, teve de se retirar da sala.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO: -----

O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e dois votos**, sendo, nove votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Após a votação, o deputado Fernando Barbosa regressou à Mesa da Assembleia Municipal. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO EMPRÉSTIMO NO VALOR DE ATÉ 242.100 EUROS PARA FINANCIAMENTO DO PROJECTO “JARDIM DE INFÂNCIA NORTE” – CO-FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS” -----

Pediu a palavra **Isabel Maia**: “A educação pré-escolar constitui um factor decisivo no desenvolvimento da sociedade portuguesa, pois dela depende mais tarde e, em grande parte, o sucesso da escolarização. -----

A Lei-quadro da educação pré-escolar menciona que, a educação pré-escolar é a primeira etapa de educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita ligação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança. Tendo em vista a sua plena inserção na sociedade, como ser autónomo, livre e solidário. -----

Por sua vez, a Constituição da República Portuguesa, assegura que todos têm direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade e oportunidades, de acesso e êxito escolar. Sendo da incumbência do Estado, criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar. -----

Face ao exposto, entendemos que compete ao Estado cumprir o seu papel estratégico no que diz respeito à criação de uma rede pública de estabelecimentos de ensino pré-escolar, que vise um ensino de qualidade e gratuito, por forma a abranger todas as crianças dos três aos cinco anos. -----

Assim, somos de opinião que o endividamento da autarquia para financiamento deste projecto, apesar de co-financiado pelos Fundos Comunitários, deveria caber ao Estado. Por sua vez, esta solução de responsabilidades por parte da autarquia, não se limita apenas ao empréstimo. Isto, porque a Câmara, mais uma vez, sede ao Estado um terreno pelo qual não recebe qualquer contrapartida! -----

Por outro lado, esta desresponsabilização do Estado é acompanhada, paradoxalmente, de uma política de cortes nas transferências para as autarquias. -----

Apesar disso, mas conscientes das necessidades e graves carências do município nesta área de ensino, votamos favoravelmente este empréstimo no valor de até duzentos e quarenta e dois mil e cem euros, para financiamento do projecto de infância do jardim norte.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “Compete ao Estado garantir os direitos básicos de todos os cidadãos. Compete ao Estado garantir. Não quer dizer que seja o Estado a ter que prestar os serviços. Pode delegar em outrem. Pode delegar em cooperativas de solidariedade social, em instituições particulares de solidariedade social. É preciso é que sejam garantidos os direitos e os serviços que o Estado se obriga constitucionalmente. -----

Neste caso do Entroncamento, a Câmara substituiu-se ao Estado, é uma extensão do Estado e portanto, cumpre o seu dever. Podia não o fazer directamente, podia delegar a instituições de solidariedade social, instituições particulares e a missão estava cumprida da mesma forma. -----

Não sei se é a melhor forma ser directamente a Câmara a fazê-lo, se seria transferir isto para uma instituição particular de solidariedade social. Não tenho a certeza de qual seria a melhor gestão. Era uma experiência que eventualmente seria interessante de fazer. Mas não foi essa a opção, portanto, vamos ver os frutos que isto vai dar. Certamente que serão bons, disso não vamos ter dúvidas. -----

A questão que nos preocupa, de alguma forma, é a questão do financiamento. É um pouco dilatada no tempo. Sabemos que as autarquias também não têm muita capacidade financeira, mas preocupa-nos os compromissos com o futuro. Porque de facto, são compromissos a longo ou médio prazo, que podem, de alguma forma, criar dificuldades a projectos futuros. -----

Nós, no entanto, cientes de que é uma missão e é uma função basilar que presta à sociedade, vamos de facto votar favoravelmente, tendo em conta os objectivos finais. -----

Talvez tivesse sido favorável ter-se estudado alternativas. Não sei se foram estudadas, mas pelo menos eu não conheço. -----

Eu defendo que os cidadãos, de uma forma organizada, através de instituições de solidariedade social, normalmente fazem melhor do que o Estado e os “tentáculos” do Estado. Portanto, seria de experimentar, numa próxima oportunidade, tentar lançar esse repto para a sociedade. Pessoalmente eu defendo isso. -----

Por conseguinte, estou a dar a minha opinião que também se enquadra nos valores do socialismo democrático, do cooperativismo e da participação activa dos cidadãos na resolução dos problemas colectivos. Portanto, não compete só às entidades do Estado fazê-lo. -----

Deixamos aqui esta ressalva, mas no entanto, vamos votar favoravelmente, não obstante algumas questões que ficaram por aclarar.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu ouvi as intervenções que me antecederam e de facto ouvi falar em compete ao Estado. E se calhar eu pergunto quem é o Estado? O Estado, acabamos por ser todos nós! Obviamente que é da competência do Estado Central um conjunto de investimentos que ora se fazem, ora não se fazem. -----

O Entroncamento teve oportunidade de, recorrendo a uma comparticipação comunitária, fazer pela primeira vez um jardim-de-infância no Entroncamento, construído de raiz para esse fim. O que dá melhor às nossas crianças do que algo feito para elas? O que dá melhor às nossas famílias do que algo feito a pensar especificamente nas condições para um bom acompanhamento e desenvolvimento dessas crianças? Das crianças de amanhã, das crianças daqui a dez anos, a vinte e por aí fora. -----

É óbvio que há preocupações no que respeita à parte financeira. Tem de haver. Mas parece-nos que é uma aposta importante, especialmente porque é possível uma comparticipação muito significativa dos Fundos Comunitários, que tornam também possível este investimento da Câmara Municipal do Entroncamento.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “De facto o nosso município tem uma carência significativa nesta área que vai, penso eu, ser colmatada com esta iniciativa da construção deste jardim de infância que vem, de facto, resolver um conjunto de dificuldades e, inclusivamente, até de proporcionar condições de vida aos jovens que pretendem radicar-se no Entroncamento. –

Sabe-se que, nos últimos anos, os jardins de infância no Entroncamento tinham listas de espera enormes, muita dificuldade no acesso à inscrição de crianças e, portanto, esta iniciativa da parte da autarquia, aproveitando os Fundos Comunitários, é de louvar e é necessária. Porque nós não podemos só pensar na nossa cidade com as infra-estruturas de lazer, temos infra-estruturas necessárias do ponto de vista da qualidade de vida fundamentais e, neste caso concreto, esta parece-nos ser uma das mais prioritárias. -----

Todavia, nós também temos uma certa preocupação com a incapacidade de financiamento que a autarquia vai sofrer a partir deste momento com a possibilidade, ou impossibilidade, de fazer outros tipos de investimentos. -----

A autarquia está num processo de endividamento enorme, no ponto que se vai discutir a seguir também se vai falar nesta questão da área financeira, mas de facto, nós estamos a protelar um conjunto de empréstimos a longo prazo. Este é para vinte anos, temos outros empréstimos já estabelecidos também na mesma ordem e alguns deles ainda estão em período de carência. Quando este período de carência terminar, significa que as amortizações vão cair em cima de nós, passo a expressão. Significa que a capacidade futura para investimento vai diminuir, mas, concretamente neste caso, eu acho que, independentemente do esforço que se vai fazer, ele é necessário e é bem-vindo. -----

Vamos votar a favor.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Eu penso que perceberam da nossa posição em relação a esta questão. Estado Central, quando falamos no Estado, falamos no Estado Central. O Estado Central deve implementar uma rede, para as coisas serem eficientes, de ensino primário. É essa a nossa posição. -----

Por outro lado, esta boa iniciativa da Câmara Municipal vai responder a algumas necessidades do Entroncamento. Não tenhamos dúvidas de que não vai conseguir responder a todas as necessidades do Entroncamento. E só por isso é que nós votamos sim. Porque isto trás encargos, como foi dito, não só a nível de terrenos, com terrenos que são do nosso fundo, que podiam servir para outras instituições, podiam servir para as nossas associações no Entroncamento que não tem terrenos para instalar as suas sedes. Podia servir para outras instituições de que também o Entroncamento é carente. E a Câmara não vai receber um único tostão desses terrenos. -----

Por outro lado (e relembro aquele problema que foi levantado aqui, em relação à qualidade do ensino em Portugal), nós já devíamos ter chegado a esta conclusão, de que é ao Estado que compete assumir essas responsabilidades! -----

O Estado não pode continuar da forma como tem estado, que é estar à espera das iniciativas privadas, de instituições com fins lucrativos, ou sem fins lucrativos, para resolver esse problema de educação. Só o Estado pode resolver esse problema de educação. E tem que

assumir essa responsabilidade. Não podemos estar mais à espera nem de Santas Casas da Misericórdia, nem outro tipo de instituições para resolver estes problemas. -----

É evidente que as Câmaras ainda vão tendo, com muitos sacrifícios, alguma capacidade, mas temos aí outras responsabilidades no futuro, que é a manutenção destes equipamentos! Porque vai competir às Câmaras Municipais a manutenção do equipamento. -----

Eu não digo com pessoal, eu digo mais manutenção dos equipamentos, como acontece com o ensino básico. -----

Isto tem de ser acompanhado e deve ser acompanhado. Se o Estado Central quer que as autarquias assumam essa responsabilidade, isso deve ser acompanhado com um envelope financeiro e com a assunção de responsabilidades.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “Relativamente ao fazer bem ou fazer melhor, não é paradigma do Estado. Não nos esqueçamos que, por exemplo, o Parque Habitacional Social que existia em Portugal, e existe, estava todo a cair, já não tinha manutenção há cerca de cinquenta anos e o Estado, como sentiu que não tinha capacidade de tomar em si a iniciativa de fazer a recuperação e a gestão dos Bairros Sociais, entregou-os a instituições de solidariedade social! Estão a fazer a gestão das rendas. Há bairros sociais em que o Estado não recebia rendas há trinta anos! Portanto, isto para dizer que o Estado, normalmente, o que faz, faz mal. E os cidadãos, de uma forma organizada, de uma forma solidária, podem substituir-se ao Estado. -----

Esta é a minha convicção e portanto, não enfeitando as responsabilidades que o Estado deve ter, eu acredito que a sociedade civil pode desenvolver muitas tarefas que ao Estado compete.” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Eu não estava para intervir neste debate, mas de facto, não posso deixar passar em claro tão radical afirmação de que o Estado o que faz, faz mal. Eu fico a pensar o que é que o Partido Socialista está a fazer no Governo! Porque se o Partido Socialista pensa assim, amanhã não temos Governo nem Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, nem temos Câmaras Municipais do Partido Socialista certamente, porque também são Estado! -----

Portanto, eu discordo em absoluto. Acho que é um contra-senso. Essa afirmação não faz o menor sentido posta nessa questão e mais, exactamente como foi posta relativamente à habitação social, exactamente no campo da habitação social, ainda há dois dias houve uma manifestação em Lisboa com mil habitantes da zona de Lisboa, colocando o problema da habitação social que não está a ser resolvida pelo Estado. E era ao Estado que esses habitantes de Lisboa pediam responsabilidades. E a demissão do Estado da resolução do problema da habitação social, está a conduzir, mais uma vez, a uma situação calamitosa. E, se é verdade que as cooperativas de habitação social tiveram um importante papel e têm um importante papel, também não podemos ignorar que a maior parte dessas cooperativas de habitação social subsistem muito à custa de benefícios e de isenções e de subsídios do Estado, ou de institutos pré-estatais, ou de organizações similares. -----

Portanto, discordamos em absoluto desta visão ultra liberal que o Partido Socialista, inesperadamente, trás a esta Assembleia Municipal.” -----

Nada mais havendo a debater, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em discussão à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS: -----

O ponto número seis da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

PONTO NÚMERO SETE -----
“INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “As críticas que nós fizemos na última reunião sortiram algum efeito. Acho que este documento está feito de uma forma mais concisa. O documento de toda a actividade da Câmara não é exaustivo, embora eu aponte aqui duas questões e gostava de ser informado, se possível hoje, senão, mais tarde. -----

A implementação do estudo de ordenamento do trânsito no norte do Entroncamento – gostaríamos de ter acesso a uma planta daquilo que está previsto para a zona norte. Se calhar foi distribuído na Câmara às outras forças políticas, mas nós não temos. -----

Por outro lado, foi com regozijo que vimos a intenção da compra (não sei se é intenção se é já definitivo) de terrenos para alargamento do Parque do Bonito. Isto é uma questão a que nós, no passado, dedicámos alguma atenção. Achávamos até que não devia ser implementado nem aos restaurantes nem a outras infra-estruturas no Parque do Bonito. -----

Se esta medida for para fazer face à inutilização de um terreno com restaurante e com outras infra-estruturas, penso que é boa política. -----

Por outro lado, na página quatro, a questão do alvará de loteamento ou aditamento em fase final de emissão no caso de F. Silva e Gonçalves Limitada – foi com grande surpresa (e nós pedimos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para consultámos estes processos) que vimos aumentar o número de fogos daquilo que estava previsto inicialmente para estes loteamento. Este crescimento do número de fogos, vem a par com outra coisa, é que o acordo foi estabelecido para um destes loteamentos (são dois, é o zero três e o zero quatro de dois mil e três) e para além de crescer em número de fogos, vão ficar ainda mais deficitários em termos de verde urbano e de terrenos para infra-estruturas. Porque há aqui um compromisso com os loteadores, de pagarem o arrelvamento de dois estádios e mais umas infra-estruturas no campo de ténis, o que vai levar a que aumente o défice deste tipo de terrenos aqui. -----

Eu penso que, neste caso e noutros, é necessário avançar-se com a revisão do Regulamento Municipal para Urbanizações e Edificações (RMUE). Porque este RMUE da forma como foi mexido da última vez, levou uma maior anarquia e liberalização no que concerne às questões de terrenos para cedências, como também na questão dos lugares de estacionamento. E é necessário que a Câmara reveja o mais rapidamente possível esta questão. –

No sistema do processo de obras, também na informação, pareceu-nos que há introdução de um novo processo de informatização nesta área. Isto é uma boa novidade. É uma daquelas exigências que a Coligação Democrática Unitária sempre fez, que era a informatização dos processos de obras. Eu espero que isto seja acompanhado também de uma diminuição da burocracia na Câmara Municipal e de uma maior informação para a gestão e para a fiscalização, por exemplo, deste órgão. -----

Por outro lado, gostaríamos de ter alguma informação sobre este projecto de requalificação do Parque do Bonito, adaptação do edifício das Piscinas velhas a Centro Atlético. É uma consulta prévia para prestação de serviços para a elaboração de um projecto. Eu gostaria de saber que ideia é que está na base deste processo? -----

Quanto às contas, eu não vou debruçar-me sobre elas porque, de facto, não há grande coisa para nos debruçarmos, pois dizem respeito a um mês e meio e portanto não trazem informação conclusiva.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Eu gostava de saber se há um plano geral do projecto do Bonito. É que eu daqui tenho alguma dificuldade em encaixar todas estas peças. Mas gostava de saber até para consultar e fazer uma avaliação no projecto global. Penso que isto é para corresponder a um projecto integrado que visa uma requalificação global da zona. Eu não sei se existe, mas eu gostava de consultar esse documento e saber quando e como o posso fazer.

Eu sempre me pronunciei contra as pequenas reestruturações e reorganizações do espaço e sempre pensei que deveria ser um plano integrado que desse vida ao espaço, porque dando vida ao espaço dá segurança. Naturalmente que os cidadãos têm dificuldade em ir para aquele espaço, porque é um espaço inseguro, porque não tem vivência, não tem dinamismo e, por conseguinte, eu acho uma tarefa importante, das mais importantes, a requalificação do espaço do Bonito. -----

Mais uma vez, gostaria de ter acesso ao projecto, ao estudo. Não quer dizer que é para criticar negativamente! Até pode ser para criticar positivamente. Mas gostava de ter acesso a esses documentos para os poder estudar e, eventualmente, dar alguns contributos se for caso disso.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “Achamos pertinente a esta sugestão avançada pela bancada do Partido Socialista e também gostaríamos de ter acesso, se há algum plano delineado, nomeadamente na recuperação ou na criação de infra-estruturas de apoio na área do Bonito. De facto são fundamentais para dar vida aquele espaço pois sem essas infra-estruturas de apoio, provavelmente nunca sairá da situação em que se encontra. -----

Relativamente a todas as outras actividades, elas são processos normais, dos diversos departamentos e eu só queria aqui referir á área financeira, fazer aqui algumas observações, questionando algumas questões que se relacionam com os números que nos são apresentados. –

Nós temos neste apanhado, um mês e meio, sensivelmente, de actividade e constatamos que, em mês e meio de actividade, temos já vinte e cinco por cento, cerca de vinte e seis por cento da dotação da despesa corrente realizada e, grosso modo, cerca de quarenta e seis por cento na dotação de despesa de capital. Gostaria de saber, e eventualmente até faço uma sugestão, não sei se é possível, que, em próximas apresentações, nos seja entregue um mapa chamado MOAF, que é muito importante para a análise da gestão. É um mapa de origens e aplicações de fundos que nos permite ver e avaliar se a execução do Orçamento está de acordo com o que estava previsto. Como esse mapa nunca nos chegou, se fosse possível, eu deixava aqui a sugestão dele ser, em futuras apresentações, presente à Assembleia. -----

Portanto, olhamos para estes valores com alguma preocupação. De facto, há um aumento da dívida. Parece-nos, há partida, que haverá problemas de tesouraria já colocados, porque a dívida subiu significativamente e é de bom-tom ter um controle mais efectivo sobre a aplicação dos fundos.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para esclarecer algumas questões aqui colocadas: “Se há algum plano geral para o Bonito, está a ser montado com os diversos projectos. Logo que os projectos tenham corpo para apresentar à Câmara Municipal, estarão à disposição dos senhores autarcas também da Assembleia, mas primeiro terei que o apresentar na Câmara Municipal como acho que é no mínimo cordial, mas portanto, foram mandados fazer vários projectos para fazer um plano, para depois apresentar. Mas eu posso dizer alguma coisa sobre o que eu penso sobre isto. -----

O senhor engenheiro disse há pouco que deve ser um plano integrado e eu comungo da sua opinião. Tem que ser um projecto integrado, é um plano que tem vários projectos. É claro que o bonito não tem nada como nós gostamos. Queríamos um Bonito mais bonito e por isso estamos a trabalhar. Mas aquilo tem vida! Por ano, vão lá acampar, em diárias, três mil escuteiros. Noventa e nove por cento deles, de fora do Entroncamento. -----

Portanto, fica aqui o compromisso de que logo que esteja presente à Câmara, porei à disposição também de todos os membros da Assembleia. -----

Em relação ao que disse o senhor António Ferreira, o senhor sabe que sempre que me alertava para alguma coisa, eu tentava “beber” alguma coisa que pudesse enriquecer o trabalho da Câmara. O senhor sabe que era assim e, ainda bem que o senhor também reconhece, quando o senhor dizia qualquer coisa e que eu achava que era importante, era logo aí que eu procurava ir buscar algo para enriquecer o programa que eu apresentei em sufrágio no Entroncamento.-----

O estudo de Ordenamento de Trânsito da zona norte da cidade já foi do nosso tempo. Tem uma pequena alteração, esteve em inquérito público e tudo, mas se pretender, na Divisão de Obras, o senhor Vice-presidente põe à sua disposição uma carta com a alteração de trânsito na zona norte. Não fiz chegar aqui porque de facto isso já foi aprovado no mandato anterior, agora levou alguns ajustes, esteve em inquérito público e por isso é que eu não trouxe aqui. -----

Quanto à compra de terrenos do Bonito, eu tinha essa ambição, o senhor dava a ideia, mas não era o senhor que tinha de comprar, portanto, era fácil de dizer, mas a gente é que queria mais. Em calhando fala-se de mais alguns e outros para vender. Isto é assim e nem pode ser de outra maneira. -----

A Câmara do Entroncamento nunca tinha feito o registo e nós temos andado a tratar desse processo. Portanto, são para expansão do Parque do Bonito. Estes noventa e três mil metros são terrenos que estão entre a linha do norte e a estrada junto ao campo de besteiros e dos escuteiros e vai até à estrada que passa por baixo da linha-férrea. -----

Foi também aqui falado que aumentaram o número de fogos, eu acho que isto é claro, o que está aqui apresentado foi o que foi também à Câmara e que esta aprovou. Quero dizer que acho que isto não foi nada alterado. Mas não estou a duvidar. -----

O senhor disse que havia um compromisso com os loteadores para fazer dois estádios de relva artificial. Achamos que, se isso for viável, é de facto importante para o Entroncamento. Na altura, na Câmara, o executivo era de opinião que devia receber o dinheiro. Eu entendo que se recebesse o dinheiro diziam: «olha, lá está o Presidente da Câmara a precisar do dinheiro para pagar as contas, para pôr a tesouraria mais ou menos» Mas não é nada disso que se pretende. Pretende-se de facto um equipamento e no lugar próprio. A minha grande opção para este Quadro Comunitário é de facto o Bonito. Aquele Bonito feio que nós tínhamos vamos também procurar pô-lo bonito. Portanto, é lá que têm de ser feitos esses equipamentos. -----

Falou também no novo processo de informatização dos projectos e dos processos de obra; Pois, a Câmara Municipal do Entroncamento vai fazer um esforço muito grande. Era para o ter feito o ano passado, não o fez porque Governo disse que não podíamos meter pessoas e nós cumprimos o que o Governo diz. O Governo diz que não entra pessoal para as Câmaras e, não entra, não entra! Eu cumpri! Era para meter indivíduos para pôr na Divisão de Obras a fazer uma recuperação de todos os processos ao longo de todos os anos, mas não houve hipótese disso. Neste momento o Governo está a abrir para o Centro de Emprego, querem mandar umas pessoas para as Câmaras e para outras instituições e portanto, a Câmara Municipal do Entroncamento em condições normais, também irá buscar alguém para ajudar e fazer o carregamento destes processos. -----

Em relação ao Jardim-de-infância e aos terrenos que davam para Associações, como falou aqui o António Ferreira, é um terreno que quando cá chegámos também não estava em nome da Câmara. Mas, não há hipótese nenhuma de aquele ser para Associações! Porque aquele está consignado a equipamento escolar. Aqueles dozes mil metros de terreno estão consignados em equipamento escolar, portanto não dá para mais nada. Portanto, irá lá levar duas escolas e disso não há dúvida nenhuma. Esta é a primeira a construir-se e, logo que possível, logo que abra o Quadro Comunitário, aparecerá uma segunda escola. Segunda escola esta, na minha perspectiva, que também será importante para o Entroncamento. Porque nós temos conhecimento para onde é que a carta educativa nos aponta! Está em aprovação neste momento, mas temos uma noção do que é que a carta educativa propõe para o Entroncamento, o que é que prevê para o Entroncamento e isso é um documento importantíssimo que nós, e particularmente o senhor Vereador que tem acompanhado todo o processo da carta educativa. -----

Eu acho que é importante também conhecer isso, até para vos dar uma informação. E portanto, a carta educativa prevê (e logo que seja oportuno ela virá aqui à Assembleia para os senhores verem) que haja aqui algumas construções, alterações ou remodelações de escolas. E nós vamos tentar apostar forte nisso. -----

Como disse há pouco a doutora Maria Isilda, este é de facto, e para nós é um grande orgulho, o primeiro jardim-de-infância feito de raiz no Entroncamento. -----

Mas há pouco dizia o deputado Ferreira Marques que devíamos fazer uma experiência com as IPSS. As IPSS é que têm de fazer! É que têm de tratar disso! Não é nós chutarmos para lá! Isso é o que está este Governo a fazer connosco, mandar para as Câmaras! Mas nem toda a gente pode ir para as IPSS, porque imaginem uma criança de quatro anos, que paga trezentos euros para estar numa IPSS! Não está ao alcance de todas as bolsas! É preciso o público. E nós estamos a apostar no público. Toda a gente tem direito ao ensino público! É um direito que nos assiste. Portanto, nós estamos a tratar desse assunto e temos alguma dificuldade, nesta fase, de fazer experiências. Achamos que já temos alguma maturidade e devemos procurar fazer as coisas bem feitas. -----

Sobre o Parque do Bonito, eu vou dizer o que é que está perspectivado: -----

O Parque do Bonito é desde o Pavilhão Desportivo Municipal até à ponte romana do Bonito. O Bonito não é só a albufeira e aquela zona, é toda essa zona. -----

Portanto, o pavilhão está pronto, os estacionamento estão prontos, a seguir levará, onde estão as oliveiras, um parque radical e um campo de futebol de praia e volei de praia. -----

No campo de ténis, por cima dos balneários existentes, vai levar uma estrutura em vidro que será um centro para hotéis. Para as pessoas poderem estar, porque não têm lá nenhum sítio onde possam desenvolver como deve de ser a actividade e, portanto, vai lá levar uma estrutura, um equipamento, por cima dos balneários. -----

Há outro projecto que está a decorrer, que é envolvente ao campo de futebol. O campo de futebol relvado, neste momento, precisa de uma envolvente. É outro projecto que está a decorrer. -----

Em termos dos campos de relva artificial, a Câmara e a Assembleia aprovou a construção de um campo de relva artificial. Porque achamos que é fundamental e importante. Se o empresário estiver disponível para o fazer, vai fazê-lo; se não estiver, a Câmara tem em orçamento um campo de relva artificial para este ano. E, em condições normais, para o ano que vem colocará outro, porque, infelizmente, encontrei a Câmara assim, mal ou bem, mas foi esta Câmara que eu encontrei. Tivemos um campo de relva natural que não teve um tostão de participação! Neste momento o Governo saiu com um programa para o primeiro campo relvado. Toda a gente pode candidatar-se ao primeiro campo relvado a setenta e cinco por cento, o Entroncamento não pode porque já tem um campo de relva que não foi de facto participado. Portanto, há uma aposta para que esses dois campos de relva artificial sejam feitos, com corpo de balneários e o projecto da envolvente desse campo já está feito. Já está de posse da Câmara. -----

Quanto à piscina antiga, vamos fazer o centro atlético que terá um SPA, terá um auditório, terá um ginásio com os mais variados aparelhos e terá seis sedes sociais para colectividades do Entroncamento que não tenham sede. Uma colectividade que não tenha sede, passará a ter um espaço privilegiado para ter a sua sede. Portanto, isso é o que está contemplado nesse projecto. -----

Um outro projecto é um restaurante ao topo, que não ficou tratado em termos de estacionamento, mas terá um restaurante ao topo, junto às piscinas. Na parte de cima, não na parte do Bonito. -----

O último projecto será todo aquele espaço verde, com novos caminhos, com novos trilhos, com centro de interpretação ambiental, ou não, vamos ver o que se coaduna mais para o Entroncamento. Portanto, com o tratamento da respectiva barragem, onde terá o parque de campismo do Entroncamento, que existe neste momento em Vila Nova da Barquinha. Serão pensados os espaços dos escuteiros e dos arqueiros e besteiros e com este projecto a andar, deixarão de circular, a não ser carros de serviço, carros dentro do parque do Bonito. Porque,

para nós é importante que as pessoas possam usufruir daquele espaço sem carro algum. Essa é a nossa grande aposta. -----

Mas logo que tenhamos este plano montado e logo que eu o apresente à Câmara, terei também todo o gosto em apresenta-lo à Assembleia Municipal, assim os senhores o desejem e entendam.” -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão quando eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem de Trabalhos foram aprovados em minuta. ----

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes Membros da Mesa. -----

O Presidente:

O 1.º Secretario:

O 2.º Secretário: